



ATAS

ATA nº 18 (dezoito)

Aos treze dias de dezembro de dois mil e vinte e um, pelas dezoito horas e trinta minutos, reuniu-se mediante videoconferência (ao abrigo do artigo 5º da Lei número 1-A/2020 de 19 de março, aplicável em geral a todas as pessoas coletivas e por analogia às IPSS, por força do artigo 377-6.b) do Código das Sociedades Comerciais e do artigo 11º, números 1 e 2 do Código Civil), a Assembleia Geral Ordinária (AGO) da Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental (APPACDM) de Lisboa, nos termos do artigo 27º, número 1 dos Estatutos, aplicando-se este modelo de reunião devido à atual situação de pandemia e estado de calamidade nacional, que impõe as medidas de prevenção e distanciamento social, designadamente pela resolução do Conselho de Ministros nº 157/2021 de 27 de novembro.-----

A respetiva convocatória foi realizada nos termos do artigo 23º, números 1 a 5 dos Estatutos, com publicação no Jornal de Notícias e Correio da Manhã (anexos 1 e 2) a 26 de novembro, para além da divulgação através dos meios informáticos habitualmente usados, com a seguinte Ordem de Trabalhos constante na convocatória inicialmente divulgada para a AGE prevista para o Centro de Atividades Ocupacionais Bonny Stilwell (anexo 3):-----

Ponto Um – Apreciação, discussão e votação do Plano de Atividades e da Previsão Orçamental para o ano de 2022.-----

Ponto Dois – Informações.-----

Os associados ingressaram na reunião através do *link* da plataforma Zoom previamente facultado, após terem procedido à respetiva inscrição mediante o preenchimento prévio do “formulário de participação”, de modo a poder ser validada a respetiva presença.-----

Os trabalhos tiveram início às dezanove horas, nos termos do número 1 do artigo 24º dos Estatutos da APPACDM de Lisboa, com 34 (trinta e quatro) associados presentes virtualmente.-----

O Presidente da Mesa da Assembleia, o associado João Alberto dos Santos Pavão Nunes, deu as boas-vindas aos associados presentes *on-line* e esclareceu que apesar de não estar inicialmente prevista esta forma de reunião, devido à pandemia tal foi aconselhado, informando que se iria proceder à gravação para apoio à elaboração da Ata. Agradeceu o apoio informático prestado pela associada Ana Maria Silvestre Consiglieri Pedroso e passou à leitura integral da convocatória, solicitando que os associados se manifestassem. A convocatória foi aprovada por maioria, tendo-se registado uma abstenção.-----

O Presidente da Mesa concedeu a palavra ao Presidente da Direção, o associado

MS
@

Mário José Santos de Matos, o qual solicitou que a apresentação da Direção fosse assegurada pelo Vogal da Direção, o ~~Associação~~ Miguel Nuno Ramos Abranches Pinto.-
O Vogal da Direção referiu que o ano 2022 marca o ano do 60º aniversário da Associação e que será celebrado pela história da instituição, para além de ser um momento exigente para a sociedade em geral, pois estamos todos a deparar-nos com desafios referentes à sua fundação, registando-se uma ausência da maioria dos associados.-----

Os grandes desafios estão expressos no Plano de Atividades, previamente disponibilizado aos associados, não sendo muito diferentes dos do ano anterior, já em quadro de pandemia, e que têm a ver com a capacidade da Associação para enfrentar o futuro, com condicionantes resultantes de 60 anos de história e um edifício antigo e problemático em muitos casos.-----

Prosseguiu referindo que ao contemplar estes anos de história e focados no futuro, uma preocupação da Direção é a sustentabilidade da Associação, criando condições para a continuidade da sua operação, bem como a renovação e racionalização das estruturas onde presta serviços.----

Reiterou que nos últimos meses de 2020 foi possível apresentar uma candidatura ao programa PARES, para renovação de uma das estruturas mais degradada (Ajuda), e para permitir um instrumento de cedência do espaço por parte da Direção Geral do Património do Ministério das Finanças, processo esse que ainda não teve um parecer positivo. Estando a Direção a procurar obter uma melhoria dos espaços para se desenvolverem as atividades ocupacionais, numa estrutura com 60 anos (onde se encontra o primeiro Centro da APPACDM de Lisboa), em que dificilmente se podem cumprir os requisitos atuais para CACI e não estando em vigor essa legislação no momento da candidatura, o ISS deu, no entanto, um parecer negativo.-----

Esta condicionante externa afeta muito as decisões, apesar de na Ajuda ter sido possível regularizar o contrato de cedência; mas, por exemplo, na Quinta dos Inglesinhos ainda não há resposta para permitir um investimento futuro da Instituição, pois o contrato de comodato existente é muito precário. Tudo isto mobilizou a Direção em 2021 e voltará a mobilizar em 2022, para possibilitar futuros investimentos. Em relação ao Lar Residencial das Pedralvas, está em curso a clarificação do protocolo com a Cedema (direito de superfície por parte da Câmara Municipal de Lisboa), contando-se com o esclarecimento cabal da situação, para se poder renovar e reinvestir. O Vogal da Direção mencionou que este lar tem crescentes necessidades em saúde devido ao envelhecimento dos utentes, estando já mais próximo de cuidados continuados do que propriamente de centro de atividades.-----

A Direção tem verificado limitações para as candidaturas aos quadros de apoio, nomeadamente para o recente PRR, havendo dificuldades de natureza vária. Os fundos próprios para investimento de que a Associação dispõe são insuficientes para avançar de forma isolada. O Vogal da Direção referiu também a Penha de França,



para que já está pensada uma mudança de local para racionalizar os espaços, sendo este um ponto crítico para análise e decisão em 2022.-----

ATA

Subjacente a estas preocupações, também se procura um equilíbrio das contas para permitir uma estabilidade económica ao nível da execução do orçamento e para reforço dos capitais que permitam investir, para dar continuidade à Associação.-----

A proposta que é trazida hoje pela Direção é a de um resultado líquido de cerca de 50.000 euros negativos, fazendo parte de um conjunto de condicionantes, por um lado do ponto de vista das receitas, em que a Associação está muito dependente da Segurança Social, cujos ajustes não são proporcionais aos fatores de custo (salário mínimo em muitas categorias profissionais e esmagamento da carreira dos vários níveis de remuneração, o que não contribui para a motivação das equipas). Estas subidas de custo, impostas, não têm tido contrapartida do ponto de vista do financiamento da SS, do IEFP e do ME.-----

Acresce, em termos de CACI, a nova legislação para alteração de CAO, totalmente mobilizada para a integração dos utentes na sociedade, desígnios muito legítimos, mas pouco viáveis para algumas das incapacidades existentes. -----

Este novo modelo decorre da legislação, mas existem muitas incógnitas em termos de organização e adequação dos equipamentos para adaptar os recursos existentes ao que é pretendido. Estes fatores não serão exclusivos da APPACDM de Lisboa, mas também de outras congéneres, nomeadamente a questão do edificado poderá não viabilizar a evolução de CAO para CACI. -----

A atividade que se prevê para 2022 não será muito diferente da atual, pois as valências do próximo ano serão as mesmas, com números de utilização muito semelhantes, nomeadamente em termos de número de utentes servidos, ainda que haja algumas vagas não preenchidas.-----

O perfil dos candidatos da lista de espera coloca desafios diferentes à Associação, devido ao historial de internamento psiquiátrico, com exigências claras que são distintas das que podem ser asseguradas. Também este aspeto tem vindo a ser analisado com alguma preocupação por parte da Direção relativamente ao futuro.----

O Vogal da Direção prosseguiu informando que para o próximo ano se prevê receitas superiores a 5 milhões de euros (5.643.663€), das quais a maior tranche provém das participações e subsídios à exploração, nomeadamente do ISS (3.411.195€), IEFP (641.434€) e ME (281.569€) e das prestações de serviços (participações familiares com 1.002.147€), para além das vendas das Soluções com Valor e os apoios de Câmaras Municipais. Do ponto de vista dos gastos, prevê-se um valor na ordem dos 5.697.390€, de que a grande fatia é a de custos com o pessoal (cerca de 4.200.000€), não obstante se obter um EBITDA positivo.-----



ATAS

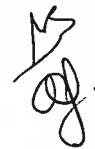
Conforme explicado antes, o orçamento de investimentos é de cerca de 75.000€, designadamente o que foi referido para o Centro da Ajuda, pelo que se poderá avançar com algum tipo de obras, mesmo sem a obtenção de financiamento por parte do PARES.-----

Deste modo sucinto, o Vogal da Direção apresentou as informações principais constantes no Relatório que foi enviado, esperando que tenha sido analisado pelos associados.-----

O Presidente da Mesa da Assembleia pediu aos associados que assim o pretendessem levantarem a mão, utilizando a possibilidade do sistema informático.-----

O Presidente da Direção teve a palavra, comunicando que gostaria de complementar os aspetos referidos pelo Vogal da Direção. Referiu-se ao direito à abstenção nas eleições e nas assembleias, que sendo legítimo não se contesta, mas há que chamar a atenção para a abstenção em relação à participação na vida da instituição e na disponibilidade para assumirem responsabilidades, referindo-se particularmente aos associados que são familiares de utentes. -----

Continuou aludindo ao facto de que os principais intervenientes são os trabalhadores da Associação, para além de associados que pertencem aos órgãos sociais, havendo pouco interesse por parte dos demais para participarem em assembleias gerais e demais vida institucional. Atualmente, deverão os associados encontrar soluções para governação da instituição, quando acabar o mandato desta Direção. Acrescentou que este será o seu último mandato e de outros membros da Direção, também já há muitos anos ligados de forma ativa à vida da Associação, não sendo exigível o esforço apenas de alguns. Com o atual modelo de gestão, segundo os Estatutos e não havendo verba para pagar a um gestor profissional, dentro de dois anos os associados irão confrontar-se com este problema, sendo-lhes exigido que desde já se comecem a preocupar com a óbvia importância em preparar respostas. Referiu que foi publicado recentemente um texto no *Sapo* e no *Facebook*, com poucas visualizações, essencialmente dirigido aos associados, que sintetiza o que o Vogal da Direção referiu em relação ao imobilizado e às exigências que são atualmente feitas às estruturas, inviabilizando a exequibilidade de qualquer tipo de investimento. Acrescentou que o próprio PRR exige a conformidade com a legislação e nenhuma das nossas estruturas se coaduna com isso, pelo que não são aceites candidaturas a investimentos para a reabilitação requerida para o património. O PRR também não aceita candidaturas para novas residências. Sabe-se que qualquer tipo de reabilitação exige a autorização da CML, mas também do ISS, pelo que a situação é bastante delicada, aconselhando os associados a lerem o documento publicado.-----



ATAS

O Presidente da Direção referiu também as dificuldades impostas pela pandemia, que deixaram algumas marcas, lembrando aos associados ter havido um enorme esforço financeiro da Direção para a redução das participações familiares, durante a suspensão das atividades. Esta análise crítica é maioritariamente dirigida aos associados que não estão presentes nesta reunião, o que se coaduna com a preocupação com o futuro da Associação.-----

O Presidente da Mesa da Assembleia perguntou se havia mais alguém com a mão levantada para usar da palavra, e não havendo, pretendeu referir que a abstenção não encontra justificação porquanto, nos termos dos Estatutos há duas Assembleias Gerais anualmente obrigatórias (uma para aprovação de Contas e outra para aprovação do Orçamento do ano seguinte) e, sendo a presente uma delas, tendo a respetiva convocatória sido limitada ao preceito estatutário, não faz sentido a abstenção por parte dos presentes. Em seguida, referiu-se à intervenção do Presidente da Direção, partilhando igualmente a sua preocupação com o futuro da Associação, uma vez que este tipo de instituições depende cada vez mais dos Ministérios, que não têm tido o cuidado de atualizar os valores das suas participações ou subsídios, nomeadamente em função dos aumentos salariais obrigatórios; por outro lado, os salários serão cada vez mais próximos, o que irá dificultar o recrutamento de pessoas qualificadas. O Presidente da Mesa da Assembleia voltou a passar a palavra à Direção para se pronunciar em como se poderá enfrentar esta situação no futuro.

O Vogal da Direção respondeu que a condicionante externa que passa pelo financiamento do Estado tem um peso acrescido pela falta de envolvimento por parte dos associados, que deveriam ser os principais condutores de participação e assunção de responsabilidades, sendo esse um grande fator de risco. Em todas as IPSS haverá esta realidade, mas certamente outras terão promotores da vida institucional mais ativos.-----

O Presidente da Mesa da Assembleia agradeceu a intervenção e referiu que tem assistido a uma maior visibilidade da APPACDM de Lisboa, designadamente nos órgãos de comunicação social, o que é bastante positivo, referindo-se aos cidadãos com incapacidade e acrescentou que talvez se consiga angariar mais apoios no futuro, não só financeiros, mas também de outra natureza.-----

Voltou a conceder a palavra ao Presidente da Direção, que comparou a APPACDM de Lisboa à congénere APPACDM de Coimbra, a qual tem muito maior atividade e expressão a avaliar pelo número de interessados na sua rede social. Pensa que a justificação poderá ser a falta de interesse dos associados. Mais disse que não só o edifício da Instituição está envelhecido, mas também os seus recursos humanos. Comunicou que a média etária dos trabalhadores é de 49 anos e a antiguidade média de 16 anos, havendo algumas pessoas com pouca motivação e baixas prolongadas,

ATAS

havendo poucas soluções para gratificar os recursos humanos existentes e para atrair novos recursos motivados. O envolvimento e a presença de muitos colaboradores empenhados, não alheia a Direção para a necessidade de renovação dos recursos humanos.-----

O Presidente da Mesa da Assembleia confirmou que não havia mais ninguém a querer manifestar-se e passou a palavra ao Presidente do Conselho Fiscal, o associado António Pires Almeida Veloso Cortesão, que iniciou a sua intervenção para felicitar a organização da reunião virtual, afirmando que seria muito vantajoso se houvesse maior participação por parte dos associados, sendo importante o rejuvenescimento. Em relação ao Relatório do Conselho Fiscal, uma vez que todos os associados o receberam antecipadamente, referiu-se apenas ao parecer final sobre os instrumentos de gestão previsional para o exercício de 2022 (que leu integralmente, concluindo que o parecer é favorável à aprovação), estando em condições para ser apreciado e votado pela Assembleia Geral convocada para o efeito. E advertiu, ainda, que os acontecimentos futuros poderão não decorrer da forma esperada, podendo os resultados reais vir a ser diferentes dos previstos.-----

O Presidente da Mesa da Assembleia colocou à votação a aprovação do Plano de Atividades e Previsão Orçamental, que foi aprovado por unanimidade, sem quaisquer votos contra nem abstenções.-----

Quanto ao Ponto Dois, o Presidente da Mesa da Assembleia perguntou se a Direção ou algum associado tinham alguma informação a prestar, agradecendo que se manifestassem nesse sentido.

Foi referenciado o falecimento recente de dois Clientes, o José António Oliveira (do Lar Júlia Moreira) e o João Rosa Rodrigues (das Casas de Alapraia), tendo a Direção registado a tomada de conhecimento em ata e transmitido às respetivas famílias as condolências. Foi aprovado por unanimidade um voto de pesar, ficando igualmente apenso a esta ata.-----

E não havendo mais nada a acrescentar, o Presidente da Mesa da Assembleia e desejou boas festas a todos, fazendo votos para que o ano 2022 possa ser melhor que os dois anteriores.-----

Os trabalhos da Assembleia Geral Ordinária foram encerrados pelas dezanove horas e cinquenta e sete minutos.-----

Presidente _____

Vice-presidente Mauz António Torgue de Foaes

Secretária Maria Isabel Meado de Silva Bento